

Informação sobre as Medidas para a Habitação previstas no acordo assinado entre o BCE/FMI/UE e o PS/PSD/CDS

Uma das implicações insuficientemente divulgadas do acordo assinado entre o BCE/FMI/UE e o PS/PSD/CDS diz respeito à habitação. Como a leitura dos documentos assinados não deixa lugar a dúvidas, trata-se de um ataque brutal a todos aqueles que hoje são proprietários de habitação própria (ainda que muitos a estejam a pagar aos bancos), e mesmo àqueles que hoje vivem em habitação arrendada.

O aumento anual de custos com a habitação será entre largas centenas e alguns milhares de euros por família, dependendo do valor patrimonial da casa e dos salários de cada um. Mas representará - na maioria das situações - o roubo de uma verba superior a um salário mensal. Este ataque ocorrerá em três frentes fundamentais: por via do IRS; por via do IMI; por via das restantes despesas com a habitação, o aumento dos juros e a liberalização dos spreads. E é complementado com medidas que facilitam o despejo.

Vejamos então o que está contido nos documentos assinados, e as suas implicações à maioria das famílias.

Roubo nº 1 - Redução das isenções fiscais por via da habitação

Logo no ponto 1.20 do “Memorando”(1) pode-se ler, em “*Redução dos benefícios fiscais e das deduções no IRS*” no ponto ii c) “*eliminando a dedução de capital pago numa hipoteca e eliminando progressivamente a dedução de rendas e dos pagamentos de juro de uma hipoteca para casas que sejam primeira habitação; eliminar estas deduções para novas hipotecas*”.

Para, mais à frente, no ponto 6.4, precisar as suas intenções nesta matéria e afirmar que o Governo “*irá limitar a dedutibilidade nos impostos sobre os rendimentos das rendas e juros das hipotecas a partir de 1 de Janeiro de 2012*” e que “*O pagamento do capital não será dedutível a partir da mesma data*”.

Ou seja, uma redução brutal das deduções fiscais das despesas com a habitação, a caminho da sua eliminação completa. Se paga IRS, vá à Internet e faça a simulação dos seus impostos de 2010 com as regras em vigor e com estas novas para ficar com uma ideia da dimensão do roubo.

Roubo nº2 –Agravamento do IMI para quem vive em casa própria

Logo nos pontos 1.22 e 1.32 do “Memorando” aponta-se o objectivo de roubar 400 milhões de euros por ano através de duas medidas “*redução substancial das isenções temporárias para casas ocupadas pelo proprietário*” e “*actualização dos valores do imobiliário para efeitos de pagamento de impostos*”.

Para mais à frente, pontos 6.3 e 6.4 desenvolver as suas intenções: “*gradualmente reequilibrar a tributação sobre a propriedade imobiliária para o imposto recorrente (IMI) e dar menos importância ao imposto de transferência de propriedades (IMT)*” (ou seja, subir o IMI); “*garantir que ao final de 2012 o valor tributável de todos os bens está próximo do valor de mercado*” e “*que a avaliação do imóvel seja actualizada regularmente*” (ou seja, subir o IMI e ainda o obrigar a pagar avaliações periódicas).

Resumindo: todos a pagar IMI; um IMI mais alto; e ainda a pagar avaliações obrigatórias periódicas.

Para ter uma ideia das consequências, pense no seguinte: hoje, a taxa de IMI pode ter dois valores, uma mais alta para casas não avaliadas, outra mais baixa para as casas já avaliadas. Ficaria apenas uma taxa, mas aumentada. Não se sabendo ainda para quanto a querem aumentar, mas como a taxa máxima hoje é de 0,7%, estarão a pensar em valores superiores. Para uma casa cujo valor de mercado seja estimado em 100.000 euros, uma taxa de 1%

(1) Apesar do “*Memorando de entendimento sobre condicionalismos específicos de política económica*” só possuir uma versão em inglês, sinal inequívoco da submissão de PS/PSD/CDS aos interesses estrangeiros, podem ser encontradas boas traduções na Internet.

significaria o pagamento anual de 1000 euros. Agora faça as suas contas – quanto paga hoje, quanto passará a pagar. É essa a dimensão do roubo. E some-lhe as avaliações periódicas obrigatórias de três em três anos – hoje podem custar até 480 euros no caso de reclamação do valor atribuído pelas finanças.

E não se esqueça, a tarifa de conservação de esgotos também é calculada com base nos valores patrimoniais tributários dos imóveis, com o aproximar deste valor do “valor de mercado” também aqui sofrerá um novo aumento.

Mas os roubos não param aqui!

No ponto 5 do “Memorando”, encontram-se ainda mais más notícias indirectamente ligadas à habitação. É o caso da electricidade e do gás, onde se define que “*As tarifas de gás e energia eléctrica reguladas serão eliminadas até 1 Janeiro de 2013*”, (lembra-se do aumento brutal de preços que significou a liberalização dos preços da gasolina? Prepare-se para uma nova escalada, das suas despesas e dos lucros das distribuidoras), e ainda “*Aumentar a taxa de IVA da electricidade e do gás (actualmente em 6%), bem como os impostos sobre o consumo de electricidade*”.

Faça as suas contas, mas só entre o IVA (a recomendação é triplicá-lo para 23% “*Mover categorias de bens e serviços dos escalões reduzido e intermédio para os escalões mais altos do IVA*”) e o novo imposto (que ainda não se sabe de quanto será), são umas largas dezenas de euros por mês que lhe vão roubar. E depois, ainda lhe faltará suportar a escalada de preços!

Mas o que lhe roubam a si, aos bancos entregam:

Repare que só abordámos aqui as medidas mais relacionadas com a habitação. O assalto é mais global, mas não podemos falar de tudo em todos os comunicados. Abrimos agora uma excepção para exemplificar para onde vai todo este dinheiro que lhe roubam.

Leia o “Memorando”. Veja o seu ponto 2.1, onde, para “*manter a liquidez do sector bancário*” se vai “*facilitar a emissão de títulos bancários garantidos pelo governo num montante máximo de 35000 Milhões de Euros*”, e o seu ponto 2.4 onde se estabelece o “*aprovisionamento de capital público para os bancos privados*”, e onde como “*suporte à solvência bancária*” se aplicam “*recursos de até 12000 Milhões de Euros fornecidos ao abrigo do programa*” garantindo que apesar destes capitais públicos se “*preserva o controlo do banco pelos seus donos não públicos*”. Não acha uma vergonha?

Nota final:

Este é o programa de PS, PSD e CDS . Foi isto que assinaram com a outra troika, a do BCE/UE/FMI. O resto é conversa para debates eleitorais e feiras, artifícios para tentar que os cidadãos não conheçam e mesmo assim legitimem este roubo monumental dando-lhes o voto.

A CDU opõe-se a estas medidas e não as considera definitivas e inevitáveis. Desde logo porque existem alternativas, para o que o convidamos a visitar o nosso site www.cdu.pt. Nomeadamente a necessidade de aumentar a produção nacional, como forma de dever menos e retirar o país deste atoleiro. Sem esquecer que cada uma destas medidas terá ainda que ser aprovada na Assembleia da República, onde terão a oposição e o combate de cada deputado da CDU. Numa luta que vai ter que crescer e alargar-se até à efectiva mudança de rumo que se impõe e a concretização de uma política patriótica e de esquerda ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país. **Uma luta que precisa da sua participação, incluindo com o seu voto na CDU no dia 5 de Junho.**

Há outro caminho!

Agora CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Para quaisquer esclarecimentos adicionais, não hesite em contactar-nos em c.habitar@dorl.pcp.pt.